FOTO: DIVULGAÇÃO

PROJETO APROVADO NESTA SEMANA

QUASE NOVE MILHÕES

CÂMARA APROVA APORTE PARA EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Na semana passada, durante a Sessão Ordinária, os vereadores acabaram não votando um projeto que liberaria R$ 8.839.002,42 na estrutura da lei nº 7.148, de 04 de dezembro de 2025, Lei Orçamentária Anual (LOA), destinado a custear despesas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae).

Na oportunidade, alguns dos vereadores relataram, ao utilizar a tribuna, que o projeto não trazia explicações claras de onde o recurso seria aplicado, e por isso, não o votaram. O projeto retornou, então, à Casa de Leis nesta terça-feira, 20, e antes disso, no período da manhã, o prefeito Vander Masson esteve na Câmara Municipal, onde se reuniu com alguns dos vereadores para prestar esclarecimentos sobre as lacunas apontadas pelos legisladores.

De acordo com o projeto, o Crédito Adicional Suplementar tem por finalidade reforçar as dotações orçamentárias da autarquia, sendo utilizado para a execução de melhorias no sistema de distribuição de água, bem como, para a realização de intervenções e melhorias no sistema de esgotamento sanitário.

> ***PARA FAZER ESGOTO, NÃO PRECISA FAZER CONCESSÃO DE 35 ANOS***

Durante sua fala livre, o vereador Nilton Dalla Pria, que repudia com veemência a Parceria Público Privada (PPP), que já foi aprovada para a realização do tratamento de resíduos sólidos no município, voltou a frisar que o município tem potencial para realizar obras sem causar endividamento. "Para fazer esgoto em Tangará da Serra não precisa fazer concessão de 35 anos, uma vez que o Samae está arrecadando, e arrecadando muito. Foi aumentado mais de 90% na água e está tendo sobra de dinheiro no Samae", anunciou o vereador, ao destacar que votaria no projeto para comprovar o que vem dizendo há tempos, que o Município não precisa se endividar para caminhar. "Nós não podemos ter uma concessão de 35 anos, como essa que o prefeito fez, que pagará mais de 12 milhões para o empresário que ganhar a licitação", ressaltou, ao dizer que o aporte liberado pela Câmara Municipal de R$ 8.839.002,42, comprova suas palavras.

FOTO: DIVULGAÇÃO

PREFEITO VANDER MASSON

DISCORDÂNCIAS

Prefeito rebate críticas sobre remanejamento de R$ 500 mil do orçamento das estradas rurais

SARAH BOTELHO *expôs as fragilidades do projeto através de suas redes sociais*

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Durante a Sessão Ordinária realizada na terça-feira, 20, vários foram os projetos analisados e aprovados, tendo alguns como ponto mais asseverado de discordância. Esse foi o caso do Projeto de Lei n 392 de 2026, que acabou aprovado mesmo tendo o parecer contrário. O parecer foi da vereadora Sarah Botelho que expôs as fragilidades do projeto através de suas redes sociais.

O projeto realoca R$500 mil de orçamento destinado às estradas rurais. "E eu pergunto uma coisa: Porque retirar justamente de uma área que tanto precisa de melhorias?", indagou a parlamentar.

A equipe do DS buscou o prefeito Vander Masson que falou sobre o assunto. "É um ato que a lei permite fazer remanejamento orçamentário", explicou. "Nós temos um orçamento aqui na gestão e manutenção de vias municipais e estradas rurais no valor de R$17.194.413,82, e precisou ser remanejado deste valor, R$500 mil, para outras ações na Secretaria de Infraestrutura, para poder atender outras demandas da secretaria", informa o gestor municipal, ao salientar que com esse remanejamento ainda restaram R$16.694.413,82.

> ***É UM PROCEDIMENTO COMUM E EU NÃO SEI PARA QUE TODO ESSE TERRORISMO***

"É um procedimento comum, e eu não sei para que todo esse terrorismo, porque é comum, é um remanejamento de verbas, é essencial e rotineiro", pontua.

"Ademais, todo o ato nosso é fiscalizado pela Câmara, e também pelo Tribunal de Contas, nós temos que prestar conta. Tudo que nós fazemos aqui está na transparência fiscal, e temos que prestar conta para o Tribunal de Contas".